

NATUREZA E SOCIEDADE: A IMPORTÂNCIA DE SUA RELAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES

SILVEIRA, Karoline Pereira
Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter.

WITT, Nicole Geraldine de Paula Marques
Professora Orientadora - UNINTER

RESUMO

Este trabalho tem por intenção analisar a relação do homem/sociedade com a natureza e suas influências no desenvolvimento dos estudantes, com foco na educação infantil. Com isso, procura demonstrar alguns acontecimentos históricos que influenciaram na dinâmica socioambiental e os reflexos no ambiente escolar. Para isso, foram empregados procedimentos de revisão bibliográfica de cunho qualitativo, por meio de artigos acadêmicos e livros da temática abordada, tendo como principais autores Moacir Gadotti, Francisco Gutiérrez, Cruz Prado e Lea Tiriba. A partir das informações obtidas, foi identificada a importância do cuidar e educar tendo como eixo o vínculo com a natureza e meio ambiente visando a formação de sujeitos planetários.

Palavras-chave: Ecopedagogia; Educação; Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

Educação, natureza e desenvolvimento, sempre estiveram atrelados e impactaram as diferentes sociedades humanas ao longo da história. Para o entendimento dessas relações, é necessário pontuarmos alguns acontecimentos históricos que marcam e denotam a relação do homem com a natureza e conseqüentemente, a relação entre natureza e educação.

Com foco na sociedade brasileira, importante voltarmos para 1500, quando os povos, aqui já estabelecidos, tiveram seu primeiro contato com a civilização europeia. Antes da colonização, a forma de organização das tribos era voltada ao plantio e caça, havendo separação de atividades para cada idade e gênero. Inclusive, segundo Souza et al (2015), para os indígenas, culturalmente, a natureza representa mais que subsistência, é o

suporte da vida social, faz parte do sistema de crenças, além de ser um elemento importante na construção das relações históricas.

Segundo Fernandes (1976) um dos primeiros relatos sobre desmatamento com o objetivo de lucro, foi a exportação de pau brasil após a chegada dos colonizadores em terras brasileiras. Por intermédio, os jesuítas que vieram com o objetivo de catequizar os indígenas, educando através do “*Ratio Studiorum*”, um conjunto de regras a ser seguido para a prática pedagógica da época. Ainda, de acordo com Mesquida (2013, p.11) “A ‘salvação das almas’ dos índios era possível pela catequese enquanto educação informal, utilizando as regras do *Ratio* e, não poucas vezes, as artes cênicas como instrumento pedagógico”.

Por conseguinte, avançando mais na história, com a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, vislumbramos a grande mudança na sociedade, nas formas de trabalho e de exploração, as quais se constituíram junto ao capitalismo. Como resultado, o ambiente social e natural foi modificado para atender as demandas, mais fábricas foram construídas e como consequência, mais mão de obra de todas as idades disponíveis, requeridas. A educação como processo de formação humana ficou em segundo plano e seu objetivo passou a ser formar para produzir e melhorar as tecnologias, como citado por Silva e Gasparin (2006, p. 11):

O objetivo maior dos homens desse período era aprender uma profissão para poder fazer parte do mercado de trabalho. A função da escola, portanto, era preparar esses homens a fim de que fossem úteis e tivessem as características necessárias ao manuseio das novas tecnologias incorporadas aos processos de produção.

Apesar de ter iniciado na Europa no séc. XVIII, esse processo ocorreu em velocidades diferentes em outros continentes, chegando ao Brasil tardiamente com a independência, no final do séc. XIX e início do séc. XX. Sendo a primeira guerra mundial um grande impulso para o crescimento industrial do país, que passou a incorporar as indústrias como setor indispensável para a economia e desenvolvimento de uma sociedade moderna, marcando o início de uma relação agressiva com o meio ambiente em busca de matérias primas para suprir as necessidades da indústria e do avanço tecnológico. Para Melo (2012, n.p)

A ciência e a tecnologia desenvolveram-se muito rapidamente a partir do início do século XX e a intensificação da atividade industrial tornou suas técnicas de produção cada vez mais sofisticadas e foram multiplicadas ocupando território físico e comprometendo cada vez mais o meio ambiente.

Muito se discute sobre a importância do cuidado e preservação da natureza, mas questiona-se a partir de que momento essa relação entre o homem e a natureza mudou. A crise ambiental atinge o mundo como um todo e seus reflexos são visíveis nas mais diferentes esferas da sociedade. É sabido que a relação da sociedade com a natureza mudou no decorrer da história e ainda continua em constante mudança. Nesse sentido, quando se pensa a educação e sua relação com a natureza e sociedade, é importante averiguar o impacto dessas mudanças no processo educativo. Assim, ao se pesquisar as influências das diferentes formas com que a sociedade se relaciona com a natureza também no âmbito educacional e conseqüentemente, na formação de cidadãos, talvez seja possível vislumbrar uma educação e sociedade do futuro mais ambientalmente justa.

Nesse sentido, quando observamos o espaço físico escolar, é muito frequente nos depararmos com pouca ou nenhuma área verde nas dependências ou nas adjacências das escolas (Oliveira et al.,2016). E, aquelas que a apresentam, subutilizam esses ambientes, não os incorporando como parte do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Louv (2016, apud Fridrich, 2021, p.6):

É ideal que as escolas desenvolvam programas que estejam para além do currículo ou das viagens de campo para aproximar os alunos com a natureza. Conseqüentemente, deve-se promover no projeto físico da escola, espaços para brincar que incorporem a natureza.

Ao mesmo tempo, no cotidiano das escolas, é usual que as crianças não possam se sujar durante as brincadeiras ou mesmo que seja necessária uma aula/horário especial para que tenham uma aula de campo e assim tenham maior liberdade. Para Tiriba (2021, p. 93)

Em “uma comunidade onde a limpeza impera”; ou dito de outra forma, em uma comunidade em que a concepção de cuidado se articula com a ordem de estar tudo sempre muito limpo, o tempo ao ar livre diminui, as crianças são afastadas dos elementos do mundo natural.

Na contramão disso, algumas escolas têm propostas diferentes voltadas para uma filosofia que valoriza mais a natureza e acreditam que isso tem grande influência no desenvolvimento integral humano, não apenas no âmbito cognitivo.

A partir desses questionamentos em torno da relação homem/sociedade e natureza, este trabalho busca analisar e identificar a importância e a relação existente entre a natureza e o processo de formação integral dos estudantes da Educação Infantil.

2. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizada é de cunho qualitativo, utilizando a pesquisa bibliográfica pautada em artigos disponíveis nas bases de dados da Scielo e Google Acadêmico, bem como livros que dialoguem com a temática abordada. De acordo com Gil (2002, p.44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A seleção de obras foi estabelecida através dos objetivos envolvidos ao tema deste artigo. As principais obras utilizadas foram “Pedagogia da Terra” do Moacir Gadotti, “Cidadania Planetária” de e “Educação Infantil como direito e alegria” da autora Lea Tiriba. Outras referências como artigos, dissertações e teses foram selecionados no decorrer da escrita, acrescentando embasamento teórico para sustentar o argumento da pesquisa. Foi escolhida a pesquisa bibliográfica com o intuito de estabelecer a relação homem/sociedade e natureza no decorrer da história por meio de informações sustentadas em pesquisas de campo ou da experiência dos autores em seus campos de estudos.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p.45)

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento da pesquisa seguirá a organização dos objetivos específicos, para isso será apresentado a relação histórica entre sociedade e natureza, com foco nos seus impactos para a educação; na sequência, a Ecopedagogia e suas influências em um

desenvolvimento integral dos indivíduos e, por fim, serão apresentadas algumas propostas de atividades aplicadas em escolas que podem ajudar a despertar a consciência ecológica das crianças.

3.1 Sociedade e Natureza, um processo histórico e o reflexo na educação

Sabe-se que a relação da sociedade e natureza se modificou em um processo histórico da construção do corpo social contemporâneo. Aprofundando esse aspecto na perspectiva do Brasil, voltamos ao período da colonização. Para Fernandes (1976), os indígenas conservavam uma relação espiritual com o espaço em que viviam, mas sem nenhum objetivo específico de preservação, e sim para atingir as necessidades de cada tribo. Os europeus recém-chegados buscaram entender a relação que se estabelecia nas tribos, usufruindo desse conhecimento para estabelecer um sistema de escambo. De acordo com Fernandes (1976, p. 9) “Essa situação manteve-se onde os brancos se limitavam à exploração de produtos que podiam ser permutados com os índios, especialmente o pau-brasil.” Esse cenário se desenrolou por um período entre 1530 e 1822.

Contemplando um fator histórico importante para determinar uma grande mudança na sociedade, podemos nos referir à Revolução Industrial e às suas fases. Segundo Azevedo (2010), na metade do séc. XVIII na Inglaterra houve uma série de transformações tanto sociais, quanto econômicas, políticas e técnicas que se chamou de “Revolução Industrial”. Como resultado dessas mudanças, tivemos as transformações do ambiente, o êxodo rural, com as famílias sendo expulsas do campo para as cidades. De acordo com o mesmo autor, a Revolução Industrial:

Gerou a expulsão de milhares de camponeses em direção às cidades, o que gerou a constituição de cidades industriais, que nesse mesmo século ficaram conhecidas como “cidades negras”, em decorrência da poluição atmosférica gerada pelas indústrias. Além disso, ocorreu uma grande mudança nas relações sociais. As classes sociais do capitalismo ficaram mais claramente definidas (Azevedo, 2010, p. 3)

Além disso, com esse novo modelo de sociedade em construção, as classes sociais passaram a ser mais bem demarcadas, como relata Souza (2016, n.p., [p. 6]):

A Revolução Industrial não só mudara os rumos da economia com as novas técnicas de produção que permitia aos fabricantes a produção de diversos artigos em grande escala, como também abalou profundamente a base social. Ao mesmo tempo em que produzia riqueza, a revolução criava pobreza. Isto pelo fato da maquinaria possibilitar a introdução de crianças e mulheres (mão de obra barata) no interior das fábricas já que a maquinaria autômata necessita apenas de acompanhamento de suas atividades, uma vez que executa todas as etapas na produção, o que possibilitou a redução dos salários, já que não mais se faz necessário a força muscular dos homens, assim como já havíamos visto anteriormente.

No Brasil, a primeira fase da industrialização era formada por um sistema mais restrito de atividades, contendo somente indústrias para suprir o consumo interno. Na segunda fase, com a chegada da família real, os portos foram abertos para o comércio exterior resultando em um período de dificuldades pela competitividade do mercado e pela falta de trabalhadores no país (Azevedo, 2010). O terceiro e decisivo momento se deu na década de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, que tomou a decisão de trocar a mão de obra imigrante pela nacional, além de investir fortemente na infraestrutura das indústrias. A última fase, posterior a 1956, foi de grande evolução econômica industrial, tanto que para Azevedo (2010, p. 6)

Nesse período, de 1956 a 1961 governado por Kubitschek, foi lançado o Plano de Metas, que dedicou dois terços dos recursos ao estímulo do setor de energia e transporte. Foi quando se desenvolveu em um ritmo mais intenso o setor rodoviário e houve um grande crescimento da indústria de bens de produção, que cresceu de 37% para 63% em relação à de bens de consumo. O crescimento da indústria de bens de produção refletiu-se principalmente nos seguintes setores: siderurgia e metalurgia (automóveis), químico e farmacêutico, e a construção naval, implantada no Rio de Janeiro em 1958.

Assim, percebe-se que foi a partir do séc. XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que as transformações nos modos de produção, de fato chegaram com intensidade aos ditos países de “terceiro mundo”. No Brasil, a industrialização ocorreu mais fortemente por meio de multinacionais, as quais alavancaram esse processo. No entanto, para a população, essa transição foi diferente, pois não trouxe melhoria e nem o desenvolvimento esperado, pelo contrário, a dependência internacional trouxe decadência econômica e dívidas externas (Azevedo, 2010).

Outra esperança social era a abertura de novas vagas de emprego nos centros urbanos, o que, por não ter ocorrido como o esperado, acabou por acelerar o processo de

metropolização, resultando em uma lotação das cidades situação que persiste nos dias atuais (Azevedo, 2010).

Com o crescimento industrial eminente, a sociedade foi obrigada a se adaptar a esse novo modelo e a seus reflexos na vida de cada cidadão. A partir dos anos 60 deu-se início a um período que tinha como objetivo a formação para a mão de obra. O Toyotismo implantado, refletia no sistema educacional trazendo o foco da educação para a formação ao trabalho, terceirizando os serviços e gerando emprego para áreas de interesse econômico para esse momento da história. De acordo com Silva (2016, p. 5)

A noção de competência, impulsionada pelo Sistema Toyota de Produção, a partir do discurso pautado na necessidade de qualificação e profissionalização dos trabalhadores, exigiu um trabalhador polivalente, com aptidões técnicas para o cumprimento de suas atividades profissionais.

Após o final da ditadura em 1985, o país caminhava para uma redemocratização política baseada no liberalismo. Essa mudança não foi tão progressista assim, sendo realizada apenas superficialmente, pois os problemas socioeconômicos que advinham dos anos anteriores continuaram na “Nova República” e perduram até hoje, tornando o Brasil um dos países mais desiguais do mundo (Santos, 2013).

De acordo com Bauman (2007, *apud* Soares, 2016), o capitalismo implementado por meio das revoluções industriais tornou a sociedade individualista, incentivou o consumo excessivo de mercadorias e acentuou as desigualdades. A ideia de felicidade por meio do consumismo se tornou uma realidade social e com o avanço tecnológico, como os computadores e celulares, que por meio da mídia disseminam um estilo de vida inatingível para algumas pessoas, falsas necessidades são criadas o que pode resultar em uma constante alienação social originando o que se denomina de “Sociedade do Consumo”.

Para Soares (2016, p. 10), “O desejo não satisfeito e a convicção de que esses desejos podem ser realizados é o que impulsiona essa ilusão nos consumidores, é o que a indústria está sempre prometendo satisfazer”. Essa ideia é refletida em como as pessoas se comportam e como analisam os outros pelo que elas possuem materialmente, construindo ilusoriamente a ideia de que fazem parte de um “grupo” que tem sua relevância garantida.

Para Bauman (2007 *apud* Soares, 2016) essa construção social de sociedade do consumo, na qual é favorecida esse estilo de vida consumista, transforma esse comportamento em cultura. Para o mesmo autor, o consumo é individualista, precisa ser inovador e de certa forma acessível, mas também precisa ser rotativo para que o consumo continue interessante e necessário.

Na vida consumista o que é beneficiado são: a velocidade, a leveza, a novidade e a variedade. Não é a quantidade e sim a rotatividade que se é considerado para o indivíduo ser bem-sucedido. Nessa sociedade consumista a durabilidade de um bem depende da utilidade que ele tem para o consumidor. A mercadoria adquirida se usada por muito tempo perde sua novidade, vai se apagando e impede o consumidor de ir à busca de novidades. Então ele tem que estar sempre trocando, não pode ser o coitado que está impedido de viver o novo, as sensações novas e inéditas. (SOARES, 2016, p. 12).

Entendendo o contexto histórico do mundo e especificamente do nosso país, podemos analisar em meio a tantos acontecimentos como a relação do homem com o meio ambiente mudou e quais foram os seus reflexos na educação. A demanda por recursos naturais para manter o consumo moderno só tem expandido e os resultados que encontramos agora são desastrosos, envolvendo, desde a retirada exacerbada de matéria prima ao descarte incorreto de diferentes produtos, caracterizando o modelo linear de produção. De acordo com Lima (2018 *apud* Baldi, 2018, p. 42):

O que gera a maioria de todos esses problemas é o comportamento consumerista, indicado como a principal causa da degradação ambiental, porque para a produção, fazer necessário a extração da matéria-prima, atividades industriais poluentes, como também promove o descarte e o desperdício, e raramente visa ou incentiva atividades sustentáveis.

Para mudar esse cenário, são necessárias reflexões e ações que visam um futuro melhor, e a educação é um dos caminhos. É notável que todas as mudanças ocorridas refletem também nas crianças e na forma que elas se comportam como parte da sociedade. A propaganda do consumismo chega pelos comerciais, desenhos e programas infantis, construindo aos poucos uma relação de identificação com o estilo de vida retratado para que sinta o desejo de possuir o mesmo do personagem e afins (Teruya, 2008).

A mídia é uma ferramenta que foi aperfeiçoada e se tornou indispensável no séc. XXI. Graças a tecnologia, ficou mais fácil a disseminação de ideias, informações e claro, a venda de produtos, além de instituir uma publicidade cada vez mais atrativa e rotativa, para manter o interesse constante. Muitas crianças que nasceram nesse século já não sabem como viver sem todos esses artigos tecnológicos, e são influenciados por tudo que desperta um interesse neles (Teruya, 2008). Para Teruya (2008, p. 2) “O cinema, a televisão, o videogame, os painéis eletrônicos e a mídia digital influenciam o modo de ser e de pensar entre crianças e jovens”. Esse comportamento é gerado como uma forma de pertencimento a determinado grupo, se a criança não tiver determinado produto que está em alta em determinado momento, ela pode ser excluída (Merlo-Flores, 1999).

Consequentemente, a mídia impõe uma tendência de padronização do comportamento, gerando a necessidade de consumo desde os primeiros anos de vida. Assim, questiona-se: Como mudar atitudes de uma geração que nasceu em cenário pré-determinado para agir de tal forma? A resposta não é única e muito menos simples, mas pode perpassar pela adaptação curricular e comportamental das escolas, pela reeducação da sociedade, as quais juntas passam a ter como objetivo identificar o que é realmente necessário para a vida humana com vistas a preservação dos lugares em que vivemos. Portanto, no próximo tópico, falaremos sobre a Ecopedagogia, que inspira uma abordagem ecológica para o desenvolvimento dos estudantes.

3.2. Ecopedagogia, e a formação integral dos estudantes

A educação é um dos pilares da nossa sociedade, e pensar sobre ela em um mundo globalizado é considerar a educação do futuro. A Ecopedagogia ou Pedagogia da Terra, tem como objetivo trazer discussões e orientar a aprendizagem na vivência cotidiana, buscando a harmonia e a sustentabilidade (Halal, 2009). De acordo com Gadotti (2001, p. 9), define-se Ecopedagogia como a “teoria da educação que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da ‘vida cotidiana’”. Cada país tem seu contexto para construir uma educação mais sustentável, em nossa sociedade essa abordagem e ações são recentes.

No Brasil, a Educação Ambiental ganhou espaço notório com a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabeleceu uma Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL,

1999). Este foi um grande passo para uma melhor abordagem do tema nas escolas. A Educação Ambiental tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade (Carvalho 2006 *apud* Andrade e Silva, 2020).

Diante disso, segundo Gadotti (2009), a Ecopedagogia não se opõe à Educação Ambiental, pelo contrário, esta última é um pressuposto básico da Ecopedagogia, que lhe oferece estratégias, propostas e meios para a realização concreta. Ao mesmo tempo, podemos dizer que a Ecopedagogia está para além da Educação Ambiental, pois se preocupa não somente com uma relação saudável com o meio ambiente, mas sim, com o sentido mais profundo do que fazemos com a nossa existência, a partir do nosso cotidiano.

De acordo com Ponce (2009), o contexto educacional tradicional visa a formação para a vida acadêmica e ao mercado de trabalho, abordando dentro da sala de aula conteúdos que favorecem apenas uma aprendizagem superficial. Em consonância, o tema ecologia, tão importante para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, acaba sendo explorado de forma pouco significativa para as crianças e adolescentes. Assim, nessa perspectiva, conforme os valores predominantes naquele contexto, a escola pode se converter num espaço educador mais ou menos propício à formação de identidades ecológicas ou predatórias (Carvalho, 2013).

Considerando a educação como um processo essencial para a construção de um novo comportamento e visão do futuro em relação a nossa sociedade, a Ecopedagogia se configura como possibilidade de um novo paradigma educativo. Para Gadotti (2000), a Ecopedagogia teve seu início junto aos princípios e método de ensino de Paulo Freire, o qual formulou uma teoria e método do conhecimento com base na autonomia, respeito e diálogo com a vida de cada educando (Feitosa, 1999). A proposta do método é analisar o contexto do indivíduo e depois iniciar a sua ação de acordo com as informações obtidas na conversa, criando assim temas geradores para direcionar a prática. De acordo com Feitosa (1999, p.2):

A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações" porque não emerge do saber popular. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado.

Relacionando essa prática com uma educação mais consciente ambientalmente e trazendo uma visão mais ampla do mundo, construímos uma pedagogia que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir do cotidiano (Gadotti, 2001).

Assim, ao trabalharmos com a Ecopedagogia, precisamos entender também o conceito de Cidadania Planetária proposto por Francisco Gutiérrez, o qual fomenta uma visão de humanidade e unificação mundial em prol de um mesmo objetivo, a Terra como uma unidade, junto com a ecologia e uma civilização planetária consciente de suas ações. De acordo com Gutierrez e Prado (1999, p.24) “A planetariedade deve levar-nos a sentir e a viver a nossa cotidianidade em relação harmônica com os outros seres do planeta Terra”.

Nesse sentido, a escola como um espaço de construção de identidade, na qual passamos boa parte de nossa vida, se torna um lugar essencial para ensinar conceitos ecológicos e planetários desde a primeira infância, significando o que é trabalhado por meio do cotidiano de cada criança (Gutierrez e Prado, 1999). Assim, a Ecopedagogia se torna essencial, uma vez que é uma pedagogia que promove a aprendizagem ao dar sentido às coisas da vida cotidiana (Gadotti, 1999).

No entanto, segundo Gadotti (2000, p. 46), para iniciarmos esse processo é necessária uma reestruturação curricular, já que os conteúdos direcionados na sociedade atual são descorrelacionados com a vida de muitos estudantes.

A escola cidadã e a Ecopedagogia são um projeto histórico nascido da rica tradição latino-americana da educação popular e apontam para um novo professor, um novo aluno, uma nova escola, um novo sistema e um novo currículo. (Gadotti, 2000, p.45)

A escola é um lugar de mediação e articulação do aprendizado, tendo em consideração os princípios de uma pedagogia ecológica em um ambiente escolar, a Ecopedagogia propõe um novo currículo fundamentado na sustentabilidade, ensinar como um projeto de vida, não academicamente, mas como uma trajetória a ser percorrida (Gadotti, 2000). Uma educação com um novo olhar para o mundo que vivemos, olhar a Terra além do nosso sustento e domínio e vislumbrar um espaço de vida, espaço de aconchego e de cuidado. Não aprendemos a dignificar algo se não temos contato e vivência, a experiência é o que conta. Acompanhar os processos naturais, uma planta

crescendo, o vento e as estrelas são exemplos de hábitos que podemos ser construídos e trazer muita aprendizagem com a observação desses fenômenos (Vellozo, 2022).

Segundo Tiriba (2021, p. 130)

A proposta salienta os efeitos positivos da interação das crianças com a natureza, indicando o que o convívio oferece: desenvolvimento do poder de observação e da criatividade; promoção do uso da linguagem e das habilidades cooperativas; alívio do estresse e possibilidade de lidar com adversidades; auxílio no tratamento a crianças com déficit de atenção; melhor desempenho da coordenação motora; desenvolvimento da imaginação; e despertar de um sentimento de admiração pelo mundo.

Não devemos ignorar os problemas ambientais, como a poluição e a degradação das florestas, mas sim trazer essas discussões e percepções, por meio do contato com a natureza, para dentro do processo educativo de forma a desenvolvermos uma consciência ambiental. Além de trazer resultados positivos para a sociedade e mundo em que vivemos, a relação das crianças com a natureza resulta em inúmeros benefícios para o desenvolvimento infantil, desde a evolução social, emocional e até o psicomotor (VERGUTZ et al, 2021).

Atualmente, o espaço de convivência das crianças está limitado a residência, muitas vezes apartamentos, e as escolas, sendo muitas destas em centros urbanos com pouco espaço para as crianças brincarem. Como consequência, o contato com a natureza está cada vez mais escasso. Em conjunto, há segmentos pedagógicos que visualizam o ambiente ao ar livre como pouco importante à formação e de difícil controle das crianças. (Tiriba, 2021)

Reproduzindo a lógica da fábrica na escola, o tempo ao ar livre não tem importância porque não é o tempo do trabalho produtivo. Não está sob o foco da pedagogia porque não é *locus* de aprendizagem escolar. Do ponto de vista da pedagogia, o espaço externo é o lugar do nada. Por essa razão, não há por que os cursos de formação de professores se ocuparem dele: não é lugar de ensinar nem de aprender. Seria, talvez, lugar de uma liberdade temida, porque difícil de controlar. (TIRIBA, 2021, p. 107)

Diante do que foi exposto, visualizamos algumas das dificuldades da implementação de uma educação sustentável para além dos muros da escola, identificamos o consumismo, os currículos escolares e paradigmas educacionais, como

entraves ao processo. No entanto, mesmo diante disso, emergem propostas de mudanças, algumas delas serão apresentadas a seguir.

3.3. Propostas que valorizam a relação positiva entre sociedade e natureza

Urge a necessidade de implantação de uma (ou vários tipos de) educação ecologicamente sustentável para o nosso planeta. Propostas dessa natureza já emergem ao redor do mundo, mas ainda de caráter elitista, atendem apenas uma parcela da sociedade. Como diz Antônio Lago (1994 *apud* Gadotti, 2008, p. 8):

Os mais pobres são os que recebem com maior impacto os efeitos da degradação ambiental, com o agravante de não terem acesso a condições favoráveis de saneamento, alimentação etc., e não poderem se utilizar dos artifícios de que os mais ricos normalmente se valem para escapar do espaço urbano poluído (casas de campo, viagens, etc.).

A importância de trazer propostas e projetos que sejam inclusivos para toda a sociedade é fundamental para o desenvolvimento de um país mais sustentável. Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, diversos são os eventos, onde os líderes mundiais se encontram para discutir problemas ambientais com vistas a um futuro melhor. A Agenda 21 é um documento assinado por diversos países durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92), que teve como pauta temas, como: arsenal nuclear, desarmamento, guerra, desertificação, desmatamento, crianças, poluição, chuva ácida, crescimento populacional, povos indígenas, mulheres, fome, drogas, refugiados, concentração da produção e da tecnologia, tortura, desaparecidos, discriminação e racismo (Gadotti, 2008).

A Agenda 21 traz em seu corpo um programa de ações para o meio ambiente e desenvolvimento, relacionando temas correlatos a atmosfera, energia, desertos, oceano, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população (Gadotti, 2008). Essas conferências são de extrema importância, pois além de colocar em discussão temas de interesse global, se prevalece de metas que se concretizado em cada nação, mobiliza mudanças para sociedades globais mais sustentáveis.

Paralelamente ao evento que resultou na construção da Agenda 21, ocorreu o Fórum Global 92, o qual contou com a participação de mais de 10 mil representantes de

ONGs de várias áreas. Segundo (Gadotti, 2008, p. 3) “Neste Fórum foi elaborada a primeira minuta da ‘Carta da Terra’, conclamando a todos os participantes para que adotassem o seu espírito e os seus princípios, em nível individual e social e através das ações concretas das ONGs signatárias”. A Carta da Terra foi lançada em 2000 no palácio da paz em Haia, na Holanda. Prioritariamente a carta é um código de ética ambiental, norteando práticas mais sustentáveis, valores e estilo de vida visando uma mudança na sociedade (Gadotti, 2008). Os dois documentos [Agenda 21 e Carta da Terra] são importantes para nortear práticas que incluam a sociedade como um todo e pensando em comunidade para mudarmos a realidade arriscada ambientalmente que construímos no decorrer dos anos. Segundo Gadotti (2000, p.210)

Como nunca na história, o destino comum nos chama a redefinir nossas prioridades e a buscar um novo começo. Tal reação é a promessa destes princípios da Carta da Terra, os quais são o resultado de um diálogo em nível mundial à procura de um fundamento comum e valores compartilhados. O cumprimento desta promessa depende da ampliação e aprofundamento do diálogo global. Requer uma mudança interior – uma mudança no coração e na mente. Requer que tomemos ações decisivas para adotar, aplicar e desenvolver a visão da Carta da Terra local, nacional, regional e globalmente. Diferentes culturas e comunidades encontrarão suas próprias e distintas formas de expressar a visão e teremos muito que aprender uns dos outros.

No Brasil podemos analisar propostas que estão em consonância com os documentos citados anteriormente. O Ministério da Educação criou um programa chamado “Escolas Sustentáveis” que visa estimular a liberdade de cada instituição para desenvolver espaços educadores sustentáveis, incentivar a investigação e a pesquisa e favorecer o desenvolvimento da autonomia através do pensamento crítico e inovador (Grohe, 2014). Com essa iniciativa nas escolas, uma proposta que vale ser citada é a construção de composteiras. A compostagem, de acordo com Santos (2007, p. 44) “[...] é um processo natural que decompõem resíduos orgânicos e resulta em um material de aspecto escuro (preto ou marrom) com aparência de solo, denominado composto orgânico.”

A produção de lixo junto do seu descarte inadequado, correspondem a dois grandes problemas de gestão urbana nos municípios brasileiros. Tanto que, no país, existe o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o qual estabelece as diretrizes, responsabilidades, princípios e objetivos que norteiam os diferentes participantes

responsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos, ficando para cada município a responsabilidade por gerir os seus resíduos (BRASIL, 2022)

Atrelado ao gerenciamento de resíduos orgânicos, para além da separação adequada do que chamamos de lixo reciclável, compostagem é uma prática que pode ser replicada na escola. Ao utilizarmos dessa construção de conhecimento de forma aproximada a realidade de cada educando é possível desenvolvermos por meio dela, princípios de uma consciência ecológica. De acordo com Sousa e Moreno (2020, p. 67)

Nesse sentido, trabalhos que envolvem práticas direcionadas a temas de sustentabilidade ambiental devem ser cada vez mais incluídos nos planejamentos das escolas, pois tais assuntos ganham a cada dia mais prioridade e urgência, principalmente, entre as diferentes comunidades que eliminam seus resíduos de forma inadequada.

Os benefícios de tratar da compostagem no contexto escolar é poder conscientizar desde pequenos a importância do descarte correto e demonstrando o impacto ambiental (Santos, 2007).

Outra forma de poder trabalhar a sustentabilidade e a consciência ecológica durante a vida escolar é por meio da horta. A inserção da horta contribui para a educação ambiental e alimentar possibilitando diversas atividades a serem realizadas em consonância com os conteúdos trabalhados em sala, promovendo a relação de teoria e prática, bem como a interdisciplinaridade (Morgado; Santos, 2008).

Considerando esses projetos escolares e seus objetivos, podemos relacionar a uma pedagogia que há como preceito uma importante valorização da natureza. A pedagogia Waldorf criada elaborada por Rudolf Steiner no séc. XX traz como princípio a ligação com o mundo. Segundo Lanz (1979, p.95) “Essa ligação com o mundo, considerado como habitat vivo e orgânico da humanidade, é uma das metas principais da Pedagogia Waldorf. Ela quer formar indivíduos práticos e conscientes. Por isso, toda alienação lhe é estranha.”. Além disso as escolas Waldorf tem como filosofia o uso apenas de elementos naturais como madeira, lã e algodão, os eletrônicos não estão presentes no ambiente escolar e nada de plástico também, para que seja estabelecida uma conexão com o mundo natural (GOMES, 2020).

Ao analisarmos essas e outras práticas, é possível vislumbrar opções para um futuro possível de mudanças que priorizem a conservação do planeta e a relação do ser humano

com o meio, de forma a privilegiar o desenvolvimento integral dos indivíduos desde a primeira infância.

4. Considerações Finais

A pesquisa procurou historicizar a relação do homem com a natureza e como isso se conecta com a formação integral e o desenvolvimento de uma consciência ecológica das crianças no ambiente escolar.

A partir das análises bibliográficas, no primeiro tópico da pesquisa o foco foi estabelecido a partir das transformações nas relações entre homem/sociedade e natureza e seus impactos na educação. No decorrer, foi analisada a vertente pedagógica que aborda a natureza como elemento essencial para a formação dos indivíduos conhecida como Ecopedagogia ou Pedagogia da Terra, que traz aspectos relacionados também a gênese do desenvolvimento humano no âmbito da aprendizagem que começa a partir do momento que nascemos, pois estamos em contato o tempo todo com os estímulos do ambiente. Com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (RCNEI):

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar (BRASIL, 1998, p. 21).

Na infância aprendemos e assimilamos o conhecimento de forma mais simples e estar em contato com a natureza é de extrema importância para que o desenvolvimento das crianças possa acontecer de forma integral, e não somente pelos aparatos tecnológicos de um mundo globalizado que cria falsas necessidades e nos distancia da natureza.

Finalizamos a pesquisa apresentando propostas que valorizam a relação positiva entre a sociedade e natureza e que por meio de alternativas concretas, nos indicam possibilidades de mudanças.

Nesse sentido, considerando que a educação é uma das chaves para a transformação da realidade que nos cerca, o desenvolvimento de consciências ecológica dentro e fora da escola, é de fundamental importância. No entanto, para isso, será

necessário mudar o paradigma vigente, o que se configura como um grande desafio e a responsabilidade deve ser compartilhada entre a comunidade, governo, família e escola.

Torna-se importante reforçar o papel da escola na formação integral dos indivíduos. A escola, por ser um espaço de convivência e aprendizagem que frequentamos por cerca de 12 anos, apresenta um importante papel como agente transformador de realidades e de visão de mundo, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de cidadãos planetários. Mas, para isso, a proposta curricular e metodológica deve ter como princípio bases ecológicas, como possibilidade, vislumbramos a Ecopedagogia, a qual por meio da aprendizagem pela e para a Natureza visa formar cidadãos conscientes das suas ações e promotores da sustentabilidade social e ambiental.

Nesse contexto, apontamos como grande desafio que temos para construir uma sociedade sustentável pautada nos princípios da Ecopedagogia, e do desenvolvimento integral dos estudantes. Como futuros educadores podemos mediar uma educação com esses princípios, fazendo nosso papel como parte da sociedade. Dessa forma a Ecopedagogia procura trabalhar para conceber uma cidadania planetária, construindo a aprendizagem e conhecimento interligados com as questões socioambientais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. B. Patrimônio industrial no Brasil. **Arq.urb**, [S. l.], n. 3, p. 11-22, 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/114>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BALDI, M. L. P. **Obsolescência Programada: O consumismo e o Impacto no Meio Ambiente**. Orientadora: Camila Paula de Barros Gomes. 2018. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Toledo, Araçatuba, 2018. Disponível em: <https://servicos.unitoledo.br/repositorio/handle/7574/1875>. Acesso em: 8 nov. 2022.

AZEVEDO, E. B. Patrimônio industrial no Brasil. **Arq.urb**, [S. l.], n. 3, p. 11-22, 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/114>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social.** v. 2. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em 26 de dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares** [recurso eletrônico] / coordenação de André Luiz Felisberto França [et. al.]. – Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/lixao-zero/plano_nacional_de_residuos_solidos-1.pdf. Acesso em: 26 de dez. 2022.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: Formação do sujeito ecológico.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, I. C. M. **O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola.** In: PERNAMBUCO, M.; PAIVA, I. (Orgs.). Práticas coletivas na escola. Campinas: Mercado de Letras, v. 1, p. 115-124, 2013. Disponível em: https://repositorio.pucrio.br/dspace/bitstream/10923/8680/2/O_sujeito_ecologico_a_formacao_de_novas_identidades_culturais_na_escola.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, M. C. A.; GASPARIN, J. L. **A segunda Revolução Industrial e suas influências sobre a educação escolar brasileira.** [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: https://timelinefy-space-001.nyc3.digitaloceanspaces.com/files/4/4_XOKIYEOCSTZD9YY7QDQBUUIPQICIPYEM.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

FEITOSA, S. C. Z. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação.** Orientador: Moacir Gadotti. 1999. 156 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/4274>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. História geral da civilização brasileira: a época colonial: do descobrimento à expansão territorial.** Tradução. São Paulo: Difel, 1976. Acesso em: 30 set. 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001480609>

FRIDRICH, G. A. A Contribuição das Áreas Verdes Para o Bem-Estar e Saúde Ambiental no Ambiente Escolar. **Environmental Smoke**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 1-13, out./dez., 2021. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a8af/b6a5847d085df9c7786faa10c23dc109a605.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GADOTTI, M. Agenda 21 e Carta da Terra. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 128-136, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/5976>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GADOTTI, M. Ecopedagogia, Pedagogia da Terra, Pedagogia da Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para a Cidadania Planetária. **Centro de Referência Paulo Freire.**

Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3397/1/FPF_PTPF_01_0420.pdf>. Acesso em 26 de dez. 2022.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo. Peirópolis, 2000.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e Educação Sustentável**. In: Paulo Freire y la agenda de la educación latino-americana em el siglo XXI. Buenos Aires. CLACSO - Consejo Latino-Americano de Ciências Sociais, 2001. p. 81-132. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GOMES, H. A. **A Educação Ambiental Sob a Visão de Mundo da Pedagogia Waldorf no Jardim de Infância**. Orientadora: Valéria Ghislotti Iared. 2020. 134 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67565>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GROHE, S. Escolas sustentáveis como proposta de política pública no Brasil. In: X ANPED Sul – Reunião Científica da ANPED. 10, 2014. **Anais**. Florianópolis; X ANPED, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1429-1.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

GUTIÉRREZ, F; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2013.

HALAL, C. Y. Ecopedagogia: Uma Nova Educação. **Revista de Educação**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 14, p. 87-103, 2009. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/educ/article/view/1882>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LANZ, R. **A Pedagogia Waldorf: Caminho para um ensino mais humano**. 13. ed. São Paulo: Antroposófica, 2019.

MELO. M. A. O desenvolvimento industrial e o impacto no meio ambiente. **Portal de e-governo, Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento**. SC, 2012. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-desenvolvimento-industrial-e-o-impacto-no-meio-ambiente>. Acesso em: 29 set. 2022.

MERLO-FLORES, T. Por que assistimos à violência na televisão? Pesquisa de campo argentina. In: CARLSSON, U.; FEILITZEN, C. (Orgs.). **A Criança e a Violência na Mídia**. Tradução MATAR, M.; AZEVEDO, D. A. São Paulo: Cortez, Brasília, UNESCO, 1999. p. 187-215. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/crianca_violencia_midia.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

MESQUIDA. P. Catequizadores de Índios, Educadores de Colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil 1549 a 1759, à luz do *Ratio*

Studiorum. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 235-249, abr./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/16792/20638>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MORGADO, F. S; SANTOS, M. A. A. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis. **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio**, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 1-10, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/9531>. Acesso em: 28 nov. 2022.

OLIVEIRA, M. B. S. et. al. Áreas Verdes Escolares: possibilidades para a **Educação Ambiental. Ciências em Foco**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 59- 68, 2016. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9699>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PONCE, B. J. A Educação em Valores no Currículo Escolar. **E-Curriculum**, São Paulo, v.5, n.1, p.1-16, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3255>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SANTOS, H. M. N. **Educação Ambiental por meio da Compostagem de Resíduos Sólidos Orgânicos em Escolas Públicas de ARAGUARI-MG**. Orientador: Manfred Fehr. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14233/1/EducacaoAmbientalMeio.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SANTOS, R. S. **Coronéis e empresários: permanência da dependência e da estrutura socioeconômica excludente no Brasil pós-ditadura (1985-2002)**. Orientador: Oswaldo Munteal Filho. 2013. 238 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13118>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, A. V. M. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197–209, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8644737. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737>. Acesso em: 9 nov. 2022.

SOARES, P. **Sociedade do Consumo: Busca Pela Felicidade**. Orientadora: Sílvia Cristina Segatti Colombo. 2016. 30 f. TCC (Graduação em Psicologia) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/4284>. Acesso em: 9 nov. 2022.

SOUSA, C. E. B.; MORENO, B. M. G. Compostagem de Resíduos Sólidos Orgânicos e suas Contribuições para a Educação Ambiental no Espaço Escolar. In: BRITO, D. M. C.; SILVA, E. A. C.; NETO, F. O. L. (Orgs). **Educação Ambiental No Ambiente Escolar**. Macapá: UNIFAP,

2020. p. 65-84. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2020/09/educacao-ambiental-no-ambiente-escolar.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.

SOUZA, A. W. P. Revolução Industrial e a Divisão Social do Trabalho. In: II Encontro Anual de Iniciação Científica da UNESPAR. 2. 2016. **Anais**. Paranavaí. 2016. Disponível em: <https://iniciacaocientifica.unespar.edu.br/index.php/eaic/iieaic/paper/viewFile/4250/1122>. Acesso em: 9 nov. 2022.

SOUZA, A. H. C. et al. A Relação dos Indígenas com a Natureza como Contribuição à Sustentabilidade Ambiental: Uma Revisão da Literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 88-95, 2015 - CCHS/UNIVATES. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/465>. Acesso em: 9 nov. 2022.

TERUYA, T. K. **Cultura da Mídia e do Consumo na Educação Infantil**. Maringá, PR. 2008. Disponível em: <https://nt5.net.br/publicacoes/Cultura%20da%20m%C3%ADdia%20e%20do%20consumismo.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.

TIRIBA, L. **Educação Infantil como Direito e Alegria: Em Busca de Pedagogias Ecológicas, Populares e Libertárias**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

VELLOZO, L. M. **A Natureza e a Criança: Uma relação essencial para o desenvolvimento infantil**. Orientador: Fernando Donizete Alves. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16365>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VERGUTZ, N. B. et al. A Criança e o Meio Natural: A Acuidade Deste Contato Para a Potencialização Do Desenvolvimento Infantil. In: XXVI Jornada de Pesquisa/Salão do Conhecimento - Unijuí. 24. 2016. **Anais**. Santa Rosa, 2016. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/20651>. Acesso em: 28 nov. 2022.